

MORADORES QUEREM

MAIS AGENTES NAS RUAS

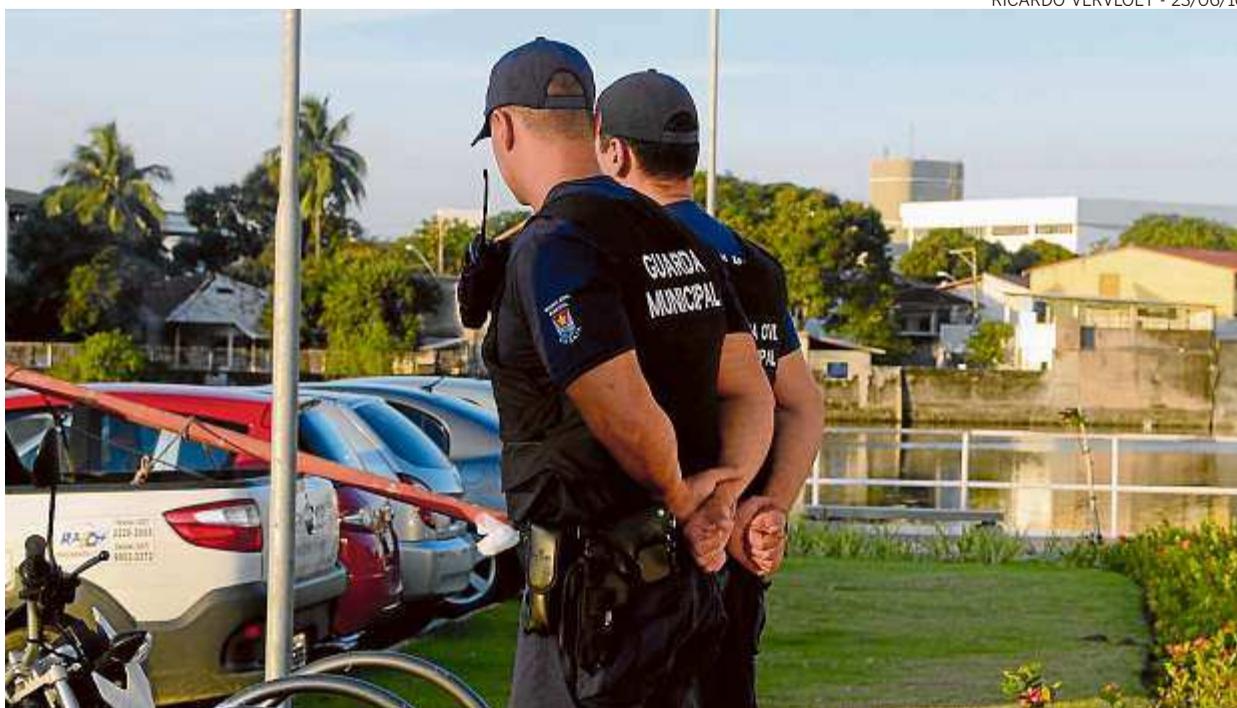
Com ou sem unificação na Capital, eles pedem que efetivo cresça

✎ **DIONY SILVA**
dclebson@redegazeta.com.br

Moradores querem mais agentes das guardas nas ruas da Capital. Na opinião dos presidentes das associações de moradores dos bairros mais populosos e com maior fluxo comercial de Vitória, mais importante que unificar ou não as guardas de trânsito e civil, como prevê projeto do executivo, é aumentar o efetivo da corporação.

Para o presidente da Associação de Moradores de Jardim da Penha, Fabrício Pancotto, é preciso reformular a estrutura das guardas. “Temos problemas com a insegurança e no trânsito e é preciso melhorar. Hoje nós só encontramos os agentes fora dos horários de pico aplicando multas, mas quando é necessário que eles estejam presentes para organizar o trânsito, nunca não estão nas ruas”, argumenta.

Pancotto sugere ainda que haja um aumento no número de guardas comunitários e que os agentes passem por mais capacitação. “Recentemente, até o



RICARDO VERVLOET - 23/06/16

Guardas municipais de Vitória em posto: categoria vem se mobilizando sobre mudanças sugeridas na Capital

posto da corporação, na Reta da Penha, foi alvo de tiros, o que mostra que os profissionais não estão preparados para cuidar da nossa segurança”, salientou.

O presidente da Associação de Moradores de Jardim Camburi, Enock Sampaio Torres, avalia que a

atuação das guardas é limitada e o número de agentes é insuficiente. “O benefício da unificação das guardas só terá sentido se aumentarem o número de agentes nas ruas. Eles devem circular onde a população mais necessita e precisam de segurança e condições ade-

quadas para executar o trabalho”, pontuou.

O presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto, Cesar Saade, acredita que “a unificação vai dar mais agilidade e mobilidade aos agentes que poderão atuar tanto no trânsito quanto na vigilância dos bairros

de acordo com a demanda”. Mas ele também pede aumento do efetivo. “Há muito tempo estamos pedindo mais guardas nas ruas, pois a demanda é maior do que eles podem cobrir.”

➔ **CONTINUA** pág. 4

OPINIÕES



“Hoje só encontramos os agentes fora dos horários de pico aplicando multas”

FABRÍCIO PANCOTTO
PRES. DA ASSOC. DE MORADORES DE JD. PENHA



“A unificação vai dar mais agilidade e mobilidade aos agentes”

CESAR SAADE
PRESIDENTE DA ASSOC. DE MORADORES DA PRAIA DO CANTO



“Os agentes precisam de segurança e condições para executar o trabalho”

ENOCK SAMPAIO PRES. DA ASSOC. DE MORADORES DE JARDIM CAMBURI

PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO

Entenda o que pode mudar com a proposta de unificação das guardas comunitária e de trânsito, matéria que está tramitando na Câmara de Vereadores da Capital. Alteração inclui atribuições.

AGENTES DE TRÂNSITO
▼ Número de agentes
239

▼ **Atribuições atualmente**
Atuam em questões relativas ao tráfego, para garantir, principalmente, a fluidez do trânsito. São autorizados a aplicar multas. Não andam armados. Com unificação Passariam a ter atribuições de agentes comunitários, podendo andar armados e atuar

em questões relativas à Segurança Pública.

AGENTE COMUNITÁRIO

▼ **Número de agentes**
236

▼ **Atribuições atualmente**
Atuam em questões relativas à Segurança Pública, como proteção ao cidadão e ao patrimônio do município. Podem andar armados.

Com unificação Passariam a ter atribuições de agentes de trânsito, podendo atuar em questões relativas ao tráfego e aplicar multas, por exemplo.

TOTAL DE AGENTES

Se for unificada, a Guarda Municipal passa a contar com 475 agentes nas ruas da Capital.

CUMPRIMENTO DA LEI

A proposta de unificação tem a finalidade de atender as determinações da Lei 13.022, de 2014, que institui normas gerais para as guardas municipais de todo o país. O prazo para que isso seja feito vai até o dia 8 de agosto de 2016.

Botão de pânico é prioridade, determina prefeitura

✎ A secretaria de Segurança Urbana de Vitória publicou ontem uma portaria definindo como prioridade os acionamentos do botão do pânico. Na terça-feira, os agentes disseram à reporta-

gem da Rádio CBN Vitória que sem veículos não seria possível atender aos acionamentos do dispositivo. Sendo assim, as mulheres não teriam amparo da corporação. Segundo a categoria,

apenas quatro viaturas estavam funcionando.

De acordo com o secretário Fronzio Calheira, não será necessário fazer alterações na estrutura existente e os veículos dis-

poníveis são suficientes para atender às demandas. “Os acionamentos serão prioridade 24 horas por dia”, garantiu.

O vice-presidente do Sindicato da Guarda Mu-

nicipal (Sindiagente), Romário Viana, contestou. “São poucas viaturas para muitas ocorrências, ainda que os guardas se desloquem vai perder agilidade e eficácia”, pondera.

VITÓRIA

Prefeitura investiga guardas

Processos vão apurar supostas irregularidades cometidas pelos servidores municipais

DIONY SILVA
dclbison@redgazeta.com.br

Em meio ao embate entre a Prefeitura de Vitória e os agentes comunitários sobre o projeto que prevê a unificação das guardas, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana determinou ontem a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, na forma de inquérito ou sindicância, contra 10 agentes “para apurar supostas irregularidades cometidas pelos servidores”.

Também foram aplicadas suspensões para dois servidores e a aplicação de advertência para outro. Os atos foram publicados no Diário Oficial do Município ontem.

Segundo o secretário municipal de Segurança Urbana, Fronzio Calheira, “os atos publicados ontem apuram infrações cometidas em períodos anteriores



Grupo em ato de protesto contra a unificação em frente à sede da prefeitura

res ao envio do projeto de unificação à Câmara”.

São infrações que envolvem diversas situações como atrito entre agentes, faltas não justificadas, entre outras posturas.

Calheira ressalta que as punições e a abertura de sindicância contra os profissionais são avaliadas pelas comissões processantes

PUNIÇÃO

10

procedimentos abertos
Investigação contra agentes da Guarda Municipal é em caráter administrativo disciplinar.

CARLOS ALBERTO SILVA - 17/06/2016

da corregedoria da corporação. “Eu como secretário apenas aprovo o que eles sugerem”, ressaltou.

Já para o vice-presidente do Sindicato da guarda Municipal (sindiagente), Romário Viana, os processos contra os servidores só foram abertos em retaliação ao posicionamento contrário da categoria ao

projeto de lei. Viana lembra que, inclusive, 20 guardas foram exonerados dos cargos de chefia que ocupavam pela opinião que apresentaram sobre a unificação das guardas.

“Infelizmente nossa situação hoje é muito falha, pois a corregedoria está vulnerável ao empoderamento do secretário. Caso o corregedor não trabalhe como ele quer, poderá ser exonerado do cargo”, criticou o vice-presidente do Sindiagente.

Romário discorda da forma como a corregedoria da corporação trabalha e alega que o tempo de mandato dela, seus membros e a forma como ela trabalha “deveria ser definido pela Câmara Municipal, através da aprovação por maioria simples dos vereadores”.

Há outros processos administrativos abertos para avaliar a postura de outros servidores, por motivos diversos, entretanto, a assessoria da pasta informou que não é possível quantificá-los.

Vereadores marcam reunião

⌘ A decisão sobre a unificação da Guarda Municipal de Vitória deve ser definida na próxima semana. Depois de sessões tumultuadas, os vereadores retiraram o pedido de urgência da matéria, no último dia 15, e deram até o fim do mês para que a votação fosse feita.

Segundo o presidente da casa, Namy Chequer, no início da próxima semana será realizada uma reunião com 10 representantes das guardas de trânsito e comunitária, além de representantes da prefeitura, para tentar chegar a um consenso. “Mas, se não for possível o acordo entre as partes, colocaremos o projeto para o embate e os vereadores decidem pelo voto se aprova ou não”, afirmou o vereador.

ESTOURO DE BARRAGEM

Obra causou tragédia, diz relatório do MP

Construção na parte da frente e ampliações teriam provocado rompimento

⌘ O relatório final do Ministério Público de Minas (MP-MG) sobre as causas do estouro da barragem da Samarco em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, que deixou 19 mortos, aponta que uma construção na parte da frente da represa aliada a alteamentos (ampliações) em velocidade superior a de qualquer registro histórico causou a ruína.

As investigações técnicas do Ministério Público foram feitas em parceria com as empresas Geomecânica e Norwegian Geotechnical Institute (NGI). O jornal “O Estado de S. Paulo” teve acesso à análise.

Segundo a publicação, na perícia, observou-se que o chamado “recuo na face da barragem” foi realizado em 2013 para possibilitar reparos em galerias da represa que apresentavam



A barragem de Fundão cobriu de lama a região de Mariana, em Minas Gerais, ao desmoronar

problemas de vazamento.

Em seguida, a mineradora promoveu elevações para aumentar o armazenamento, desestabilizando toda a estrutura. O recuo não estava previsto no projeto original da barragem, segundo o MP.

Sobre as obras para aumento da capacidade da represa, o relatório afirma que a velocidade de alteamento

entre 30 de julho de 2014 e 26 de outubro de 2015 foi de 12,3 metros/ano. A taxa recomendada é entre 4,6 metros e 9,1 metros/ano.

Conforme as análises, “desde o início da operação (em 2008) a barragem apresentou constantes ocorrências de surgências (vazamentos), principalmente na ombreira direita (parte frontal da represa),

VÍTIMAS

19

mortos

Vítimas foram soterradas pela lama de rejeitos que se espalhou pelo distrito de Bento Rodrigues, em Mariana.

além de outros problemas de drenagem variados”. O relatório parcial da Polícia Federal, de janeiro, também apurava como causa do rompimento o alteamento.

ABALO

As investigações descartam a possibilidade de um pequeno abalo sísmico, registrado no dia da queda da barragem, ter provocado o

rompimento, como cogitou a cúpula da Samarco.

“As análises da resposta dinâmica da barragem aos carregamentos provocados pelos terremotos (...), às vibrações de explosivos utilizados horas antes e às vibrações produzidas pelas máquinas (...) indicam que esses fatores não geraram quaisquer tensões ou deformações dinâmicas.”

O relatório conclui que a represa em Mariana “apresentou baixa performance e um grande número de falhas e mudanças desde o início da sua operação (...), tendo sido, portanto, uma estrutura de alto risco”.

O relatório foi entregue na última quinta-feira pelo promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto à Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A comissão deverá ter seu próprio relatório votado em 7 de julho, conforme expectativa do relator Rogério Correia, deputado estadual em Minas.